



Quinta-Feira, 14 de Agosto de 2025

Deputado Chico Alencar elogia proposta de taxaço de fundos dos "super-ricos" e offshores

No programa Direto da Redação, no canal de CartaCapital no YouTube, o deputado federal Chico Alencar, do PSOL-RJ, elogiou a iniciativa do governo federal de propor a taxaço dos fundos dos "super-ricos" e das offshores, mas prevê dificuldades nas votações pelo Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, os textos corrigem uma "injustiça tributária".

Alencar destacou o valor mínimo de 10 milhões de reais para investir em um fundo exclusivo e ressaltou que apenas 2,5 mil brasileiros possuem aplicações financeiras nesses fundos, totalizando um patrimônio de mais de 750 bilhões de reais. Para ele, é necessário que essas pessoas paguem impostos, já que a capacidade de investir nesse tipo de fundo é restrita a uma casta privilegiada.

No entanto, o deputado alerta para as dificuldades que a proposta pode enfrentar no Congresso Nacional. Ele menciona a maioria conservadora e ultraneoliberal presente no parlamento, que defende ideias de Estado mínimo e de "capitalismo sem conteúdo social expressivo". Alencar resalta que essas ideias se tornaram dogmas da economia, como a necessidade do superávit primário, e que o governo tem o hábito de ceder a essas pressões.

O parlamentar enfatiza que a proposta não busca uma mudança radical na economia, mas sim conter a ganância do capital financeiro e diminuir os lucros das grandes empresas para investir no social. Ele destaca a importância de equilibrar o poder econômico em prol do bem-estar social.

No entanto, Alencar reconhece que a aprovação da proposta não será fácil, dada a resistência da maioria conservadora no Congresso. Ele espera que a medida provisória seja examinada e transformada, mas resalta que não são favas contadas. O deputado lembra da história do Parlamento brasileiro desde 1823 e das dificuldades enfrentadas em propostas progressistas.

Em suma, o deputado Chico Alencar elogia a proposta de taxaço dos fundos dos "super-ricos" e offshores, considerando-a uma correção de injustiça tributária. No entanto, ele prevê dificuldades na aprovação da medida devido à composição conservadora do Congresso Nacional.